

O percurso das organizações não governamentais no Brasil

Vilma Aparecida Bianchi

Como citar: BIANCHI, V. A. O percurso das organizações não governamentais no Brasil. *In*: XAVIER, A. L. P.; GHAZIRI, S. M.; NÓBREGA, R. M. N.; BRAZ, A. F. L. (Org.). **Retratos da Infância e Juventude: Práticas Sociais e abordagens teóricas no município de Assis/SP.** Marília: Fundepe, 2011. p. 155-168. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-98176-35-2.p155-168>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Capítulo 25

O percurso das organizações não governamentais no Brasil

Vilma Bianchi

Para desencadear a discussão sobre o surgimento das entidades filantrópicas é relevante fazer um breve percurso para situar as condições históricas conjunturais. Em 1990, o Brasil encontrava-se em uma situação de crise econômica, a desigualdade social atingia um nível alarmante, aproximadamente 40 milhões de brasileiros, de uma população estimada em 147 milhões, estava abaixo da linha da pobreza e 32 milhões de brasileiros em situação de indigência. Tendo em vista, as regiões mais pobres como o Nordeste brasileiro, contavam com mais de 40% da população em situação de pobreza extrema (SOARES, 2001).

Portanto, com a crise econômica do país foi necessário cortar os gastos do setor social, desta forma, foi necessário uma reestruturação das políticas públicas do setor social, desencadeando a precarização e a privatização dos serviços na esfera social. Assim, os serviços desta área, a partir de 1990, passaram a ser de responsabilidade dos governos locais, que não tinham nem orçamento e nem estrutura organizacional para o desenvolvimento das ações.

Nessa direção, foi nos anos de 1990 que ocorreu o surgimento de muitas entidades filantrópicas que objetivavam suprir as falhas do setor social. Desta forma, a sociedade civil passou a exercer a responsabilidade do governo. Por sua vez, os serviços voltados para a pessoa com deficiência eram um dos eixos das ações filantrópicas, que desenvolviam trabalhos com os excluídos.

Na segunda metade da década de 1990, as organizações governamentais passaram também a ser patrocinadas pela iniciativa privada, dentro dos programas de responsabilidade social, muitos dessas parcerias estavam relacionadas à dedução do imposto de renda. No Brasil, uma das empresas pioneiras em estabelecer programas de responsabilidade social é o Banco do Brasil, seguindo este exemplo muitas outras empresas do setor privado estão investindo em organizações não-governamentais. Hoje, a Telefônica é um exemplo concreto da realização dessas ações, os financiamentos muitas vezes viabilizam novos projetos ou ampliações dos que já existem.

Foi no século XX que a ONU - Organização das Nações Unidas começou a discutir e a criar documentos referentes a organização não-governamental, especificamente na segunda metade da década de 1940. Nessa fase, o termo “organização não-governamental” era utilizado apenas para entidades internacionais que não representavam o governo, mas que tinham uma posição de destaque. Foi no ano de 1960 que a própria ONU realizou uma campanha incentivando o aumento de programas de ajuda internacional, com o objetivo de auxiliar os países subdesenvolvidos, como o Brasil. Nesse momento, ocorreu o surgimento de muitas associações não governamentais.

Conforme Andréa Acioli,

Podemos ainda identificar uma estreita relação entre a atuação destas organizações e a disseminação de políticas e consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil. Sublinhamos também que o fazem de maneira que este ideário penetre nas classes dominadas, muitas vezes, a partir de seus próprios movimentos, através do discurso anti-Estado e pela valorização do privado (ACIOLI, 2008 .p.14).

As Entidades Filantrópicas foram marcadas pela diversidade de conceitualização e são chamadas de Terceiro Setor, ONGs (Organizações não-governamentais), todas essas classificações tem o mesmo sentido e todas as instituições filantrópicas constam em seu estatuto que não têm fins lucrativos, de caráter privado e que possuem diretoria própria, portanto autogovernadas.

Desta forma, a sociedade civil passou a ter a possibilidade de intermediação do público e do privado estabelecendo parcerias com o Estado, onde os serviços ofertados pelas instituições filantrópicas passaram a ser financiados pelas diversas esferas de governo: municipal, estadual e federal. Possibilitando, muitas vezes, a sobreposição destes convênios para uma única instituição, devido ao baixo per capita pago por esses financiadores. Essas esferas de governo trabalham com um percentual mínimo de investimento para financiamento no setor social

Porém, na verdade, parte das organizações não governamentais são financiadas pelo Governo e se caracterizam como independente, pois são de caráter privado, temos assim uma dimensão ambígua, por um lado as organizações têm um discurso de independência de governo e, por outro lado, necessitam de seu financiamento para a sua sobrevivência, em muitos dos casos, ou na maioria, quando falamos de atendimento especializado da pessoa com deficiência

Nessa vertente, as organizações não-governamentais realizam os atendimentos às questões sociais da população, demonstrando as dificuldades do Estado em assumir suas responsabilidades, mas também necessitam de sua participação; pois caso não tivesse algum tipo de financiamento é pouco provável que tenha qualidade no seu atendimento.

A tipificação nacional de serviços socioassistenciais

Os serviços de reabilitação e habilitação das pessoas com deficiência é considerado um serviço de média complexidade que significa, segundo a Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004, Norma Operacional Básica- NOB/SUAS:

(...) aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado (BRASIL, 2010, p.38).

O serviço de proteção especial de média complexidade tem como objetivo primordial o atendimento voltado para situações de violação dos direitos.

Podemos falar que as instituições filantrópicas estão passando por um período de transição e estão sendo obrigadas a se organizar para adaptar-se diante da Tipificação, conforme as recentes normas nacionais que delimitam o trabalho referente à área da Assistência Social. Essa delimitações buscam diferenciar as diversas áreas de atuação das entidades filantrópicas, que pode ter seu foco em Saúde, Educação ou Assistência Social ou ainda, ter o seu trabalho específico compondo as três áreas de atuação.

Neste contexto de mudanças, as organizações não governamentais financiadas ou co-financiadas estão buscando se adaptar a essas novas determinações, elaborando projetos distintos que abrangem apenas uma das áreas, sendo a Assistência Social, Educação ou Saúde, evidenciando suas ações específicas de cada área de atuação. A Tipificação é uma resolução encabeçada pela Área da Assistência Social, mas que não está sendo acompanhada pelas outras áreas como a Saúde e a Educação, que ainda não tiveram nenhum posicionamento tendo ao mesmo tempo.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, resolução 109/09, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Para a composição da resolução 109/09, utilizou-se da Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS), da Norma Operacional Básica (NOB-SUAS 2005) e do Plano Decenal e foi a partir do Plano Decenal que a resolução 109/09 institucionalizou suas ações e tem como finalidade:

A efetiva consolidação da assistência social no campo das políticas públicas, o que lhe traz a exigência de uma ação governamental planejada; a ruptura com o paradigma da assistência social no patamar de ações emergenciais voltado somente para a redução de danos à sobrevivência; e a introdução da assistência social como política pública orientada para o desenvolvimento social e a prevenção, como

capacidade institucionalizada, ao adotar ações preventivas, reduzir e até superar as ocorrências danosas à vida, a justiça social e à dignidade humana (BRASIL,2007, p.35).

A Tipificação procurou organizar os serviços socioassistenciais, de acordo com os níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Serviço de Proteção Social Básica; Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Desta forma, é preciso conhecer as novas ações proposta pela Tipificação, o Conselho Municipal de Assistência Social e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Secretario da Assistência Social do município de Assis, propuseram a composição de uma comissão responsável para estudar e elaborar uma resolução municipal dentro dos parâmetros da lei. Essa comissão foi composta por diversas pessoas que tinham algum conhecimento sobre políticas públicas sociais, reelaboraram a resolução nacional de acordo com as necessidades do município de Assis, consultaram as estruturas legais e jurídicas e, apresentaram, em sessão pública, a resolução municipal do município de Assis e essa foi aprovada; pois continha elementos que estavam dentro do que o município consegue oferecer. A resolução municipal não difere da nacional, apenas apresenta adequações sem deixar de levar em consideração a resolução nacional.

Em Assis os serviços oferecidos, de acordo com a política pública do SUAS são:

Serviço de Proteção Social Básica

1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral a família (PAIF).
2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
3. Serviço de Proteção no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
4. Serviço de Proteção e Segurança Alimentar

Serviço de Proteção Especial de Média Complexidade

1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.
2. Serviço de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade.
3. Serviço de Proteção para Pessoas com Deficiência Idosas e suas Famílias.
4. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade

1. Serviço de Acolhimento Institucional.

Portanto, esses serviços socioassistenciais podem ser desenvolvidos pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) ou pelo CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social) e pelas instituições filantrópicas sem fins lucra-

tivos, desde que essas entidades desenvolvam ações socioassistenciais e mantenha o “Vínculo SUAS”, que se refere a concessão e renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social de acordo com a Lei número 12.101/09.

Estimativa populacional

Conforme a Política Nacional de Assistência Social:

O crescimento relativo da população brasileira vem diminuindo desde a década de 1970. A taxa de natalidade declinou de 1992 a 2002 de 22,8% para 21%, bem como a taxa de fecundidade total, que declinou de 2,7 para 2,4 filhos por mulher em período fértil (número médio de filhos que uma mulher teria ao final do seu período fértil). A queda da fecundidade e natalidade tem provocado importantes transformações na composição etária da população brasileira, como estreitamento da base da pirâmide etária, com a redução do contingente de crianças e adolescentes até 14 anos e o alargamento do topo, com o aumento da população idosa (BRASIL,2010,p.18).

O Brasil apresenta um dos maiores índices de desigualdade do mundo, quaisquer que sejam as medidas utilizadas. Segundo o Instituto de Pesquisa Aplicadas- IPEA, em 2002, os 50% mais pobres detinham 14,4% do rendimento e o 1% mais ricos, 13,5% do rendimento.

Tabela 1 - Estimativa da População com algum Tipo de Deficiência e Distribuição Percentual por Grande Região – 2000

Grandes regiões	Total da população	Estimativa de deficiência	%
Norte	12.911.170	1.901.892	14,73
Nordeste	47.782.488	8.025.536	16,80
Sudeste	72.430.194	9.459.596	13,06
Sul	25.110.349	3.595.028	14,32
Centro-Oeste	11.638.658	1.618.203	13,90
TOTAL	169.872.859	24.600.255	14,48

Fonte: Censo Demográfico 2000- IBGE

Tendo em vista que normalmente o censo demográfico tem uma abrangência geral dos dados da população, o censo de 2000 realizou um levantamento específico sobre pessoas com deficiência, buscou levantar e analisar os diferentes graus de severidade das deficiências, tratou de coletar dados sobre as dificuldades de ouvir, enxergar,

andar e com limitações mentais e físicas. Nessa direção, esse censo foi um avanço conquistado pelas pessoas com deficiência, pois evidenciou dados desconhecidos que pode colaborar na construção de políticas públicas.

Segundo dados do IBGE referente ao censo de 2000, 32,02% da população estava abaixo da linha de pobreza, tinham o rendimento familiar per capita inferior a ½ salário mínimo. Entre as pessoas com algum tipo de deficiência, 29,05 estavam abaixo da linha de pobreza. Essa porcentagem se comparada com a população em geral está inferior, fatos que podem estar associados à questão de investimentos da área da assistência social e à previdência social.

Tal empreendimento carrega ainda muitas falhas, por ainda não ser capaz de demonstrar a real situação das pessoas com deficiência, dificultando a construção de políticas públicas adequadas às necessidades da pessoa com deficiência.

Um pouco da história da constituição das instituições

No município de Assis, são três as instituições privadas, sem fins lucrativos que executam a política pública do segmento pessoa com deficiência. Descrevemos essas instituições conforme a ordem cronológica de fundação do serviço à pessoa com deficiência.

A APAE de Assis foi fundada em 1969, de caráter filantrópico e tem por finalidade o atendimento a crianças, adolescentes e adultos com deficiência, em regime integral e atendimento clínico. Mantém a Escola de Educação Especial Rotary, oficialmente reconhecida em 30 de julho de 1982.

A Associação de Pais e Amigos do Excepcional foi idealizada pelo Conselho Diretor do Rotary Club de Assis na gestão de Maurício de Castro Santos no ano de 1967 e 1968, mas a fundação oficial da APAE aconteceu no ano de 1969.

Um dos idealizadores do projeto da construção de uma escola especial em Assis foi José Coelho, que há poucos anos tinha tido um filho com necessidades especiais e cansado de procurar ajuda em outros lugares, dividiu com os seus companheiros rotarianos a idéia de criar em Assis uma escola de atendimento especializado. A idéia foi bem aceita pelo grupo gestor da época e, logo, as ações para concretizar o projeto começaram a ganhar forma, primeiramente, uns dos companheiros conseguiu a doação de um terreno, mas em reunião constatou que o terreno era uma área muito pequena e que a obra deveria ser grandiosa e, que em pouco tempo, esse espaço seria insuficiente. Foi o próprio José Coelho, um de seus irmão e um cunhado quem doaram parte de suas terras para a construção da APAE, a família Coelho e a Ribeiro, na época, eram famílias de muitas posses e retinham boa parte das terras na localidade em que hoje está instalada a instituição APAE. Logo se iniciaram as campanhas e a cidade recebeu a idéia de construção de uma escola especial com bons olhos, muitas promoções e arrecadações foram feitas para que a estrutura física da escola fosse erguida. Mas, a parceria do Rotary foi de muito peso e a colaboração de muitas pessoas envolvidas

ou não com a causa da deficiência colaboraram de diversas formas. O slogan que os companheiros rotarianos utilizavam na época era “como se constrói um sonho”, que era uma escola de educação especial em Assis. Erguidas as paredes, finalizada a grande obra da construção, era necessária a implantação dos serviços especializados, uma nova etapa viria pela frente, como era de se esperar, essa fase também foi encabeçada pelo Rotary; pois era necessário compor o cenário, comprar a mobília, contratar os professores, dar vida ao projeto e, foi por meio das doações regulares dos sócios que a escola APAE iniciou suas atividades.

Foi em 30 de junho de 1982 que a APAE foi reconhecida oficialmente como Escola de Educação Especial Rotary.

Atualmente, a escola de Educação Especial Rotary conta com uma área de 6400 metros quadrados, neste espaço estão instalados vários espaços compreendendo diversas salas, marcenaria, piscina aquecida e coberta, pátio de recreação, uma quadra poliesportiva ainda em construção, sala de exercícios e expressão corporal, um refeitório, cozinha, consultório odontológico, banheiros, salas de atendimentos clínicos, sala de reuniões, sala da administração, recepção.

Hoje, mantém 166 alunos em regime de semi-internato, sendo 131 alunos em salas de aulas, nos diversos níveis: infantil, fundamental e pré-profissionalizante e 35 crianças na estimulação. Para este trabalho conta com um corpo docente especializado, compondo uma equipe multidisciplinar.

A Associação Beneficente de Assis foi fundada em três de outubro de 1949, no auge do surgimento das instituições sociais no Brasil, situada na rua Capitão Assis número 500, no Centro. As instalações da instituição foram graças a um grupo de pessoas seguidoras da filosofia espírita, que não mediram esforços para a viabilização da obra, muitas pessoas colaboraram com a construção.

A Associação Beneficente de Assis de 1949 até 1960 cuidou das questões relacionadas a mendicância na cidade, a entidade era conhecida como o Albergue, nome dado ao local onde as pessoas carentes e necessitadas poderiam se alojar por um período de tempo até conseguirem um local para morar ou uma passagem para outra cidade em busca de parentes. Muitas destas pessoas e famílias inteiras com crianças pequenas vinham do Estado do Paraná, Mato Grosso em busca de um emprego e nem sempre obtiam sucesso em suas buscas. Foram onze anos de dedicação pela causa, onde a entidade contava com a colaboração da Prefeitura Municipal e da Delegacia de Polícia de Assis e, as atividades apenas funcionavam no período diurno.

Em 1960, a Associação Beneficente de Assis recebeu uma doação do governo Estadual para a ampliação e construção de um Albergue Noturno, onde poderiam acomodar os necessitados tanto de dia como à noite, a diretoria da época também teve um grande papel; pois os recursos recebidos pelo governo Estadual eram insuficientes para a finalização de obra, muitas campanhas foram realizadas e o principal parceiro da época era a Loja Maçônica Ordem e Justiça de Assis, o albergue foi inaugurado em 04 de setembro de 1960.

Em 1970, já era necessário criar outras estratégias; pois havia crescido muito a procura pelos serviços oferecidos pelo albergue. Desta forma, foi preciso organizar e construir um Centro de Triagem para limitar o tempo de permanência dos migrantes e itinerantes e oferecer aos necessitados as coisas que necessitavam para que pudessem prosseguir. Assim, a construção do terceiro e do quarto blocos foi destinado ao Centro de Triagem. Parte da verba para a construção veio do governo Estadual que na época não poupava esforços e investimentos em entidade filantrópicas sem fins lucrativos que trabalhavam pela causa social. O Centro de Triagem foi inaugurado solenemente em 11 de Janeiro de 1973 e teve suas ações finalizadas em dezembro de 1991.

Em 1991, o atual prefeito da época, Romeu José Bolfarini e o secretário da Assistência Social, Paulo Guazelli, diante das mudanças políticas e sociais, entenderam que a Secretaria Municipal da Assistência Social poderia assumir esse trabalho e investiram na construção do CETREM (Centro de Triagem do Migrante), em uma área distante da cidade, anexo à horta municipal, onde os migrantes poderiam trabalhar em troca da hospedagem ou da passagem. Desta forma, em 1991, a Associação Beneficente de Assis encerrou suas atividades relacionadas às questões da mendicância, foram 42 anos de dedicação pela causa.

Em dezembro de 1991, o Projeto Sim ao Deficiente foi apresentado para a diretoria da Associação Beneficente de Assis e teve a aprovação e apoio de todos os seus membros. O projeto SIM ao Deficiente foi idealizado e elaborado por Teófila de Almeida, pela necessidade de ter em Assis uma instituição que tivesse um trabalho que envolvesse as diversas áreas de atendimento para a pessoa com deficiência. Teófila tem uma filha com Paralisia Cerebral por seqüela de meningoencefalite. Em janeiro de 1992, o Projeto SIM já estava iniciando as suas atividades de levantamento e triagem das pessoas com deficiência que poderiam fazer parte do programa. Em fevereiro de 1992, o projeto SIM encaminhou sua proposta de financiamento para a CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa portadora de Deficiência), onde foi contemplado com um financiamento para implantação e aquisição de equipamentos. Como a Associação Beneficente já era financiada pelo governo Estadual para a manutenção das atividades desenvolvidas pelo Albergue, houve apenas a transferência dos recursos para o projeto SIM proporcionando, desta forma, o início dos trabalhos de habilitação da pessoa com deficiência.

Nesta época, o desafio maior foi transformar o conhecido Albergue Noturno em um Centro de Reabilitação e Habilitação para pessoas com deficiência seguindo os princípios da filosofia espírita. As pessoas da cidade culturalmente conheciam aquele espaço como um albergue, mas era preciso mostrar as novas ações que passariam a ser desenvolvidas a partir daquele momento, não foi uma tarefa fácil, mas aos poucos as pessoas passaram a conhecer o novo trabalho desenvolvido pela Associação Beneficente de Assis.

A Associação Filantrópica Nosso Lar foi fundada em 1949, portanto há 61 anos acumula experiência no desenvolvimento de projetos sociais, contribuindo com a Assistência Social em Assis. Atualmente, desenvolve 04 projetos de 03 segmentos:

Adolescentes em conflito com a lei, famílias carentes e Pessoa com Deficiência. A UPS (Unidade de Prestação de Serviço) - S.E.R. (Serviço Especial de Reabilitação), projeto criado em 2 de junho de 1992 que atende crianças e adolescentes com comprometimento neurológico de 0 a 18 anos e, excepcionalmente, após quando não temos nenhuma possibilidade de encaminhamento por tratar de patologias severas. Em 1992, foi criado o projeto CARD - Centro de Atenção e Reabilitação do Desenvolvimento Humano, que no ano de 2000 passou a ser chamado de S.E.R. (Serviço Especial de Reabilitação).

O projeto S.E.R- Serviço Especial de Reabilitação, Dr. Rubens de Araujo Tucunduva, leva esse nome em homenagem a um dos fundadores que foi um pioneiro e que participou ativamente do processo inicial da Associação Filantrópica Nosso Lar. Ele era um médico, que tinha como filosofia o espiritismo. A instituição é um centro de atendimento específico a 150 crianças e adolescentes com deficiência e suas famílias, na busca de potencializar as suas capacidades para o desenvolvimento global, visando melhorias nas condições de vida e facilitando a inclusão. Envolve os familiares no atendimento através da equipe interdisciplinar, oferecendo serviços com um rol de atividades. Desenvolve ações nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação. Possui convênio com governo federal, estadual e municipal, além de apoio eventual de empresas, convênio de prestação de serviços com prefeituras da região e realização de campanhas financeiras. Para sustentabilidade, possui um Bazar Permanente de artesanatos confeccionados por pais e voluntários e um Bazar da Pechincha. Possui amplo espaço físico, equipamentos para todos os setores de atendimento, profissionais especializados para o atendimento desta demanda. Portanto, possui capacidade técnica, operacional, administrativa e financeira para execução deste projeto com qualidade. Busca-se uma atuação em rede e, as inúmeras parcerias são fundamentais ao desenvolvimento das atividades para melhorar a condição de vida e, principalmente, a inclusão social.

Perfil dos atendimentos

Verificamos que cada instituição tem diferentes formas de atuação de acordo com as especialidades atendidas. A APAE tem dois eixos de trabalho, mas o foco principal é a escola de Educação Especial *Rotary*, que tem como objetivo o trabalho pedagógico e profissionalizante. A Associação Beneficente de Assis tem como foco o trabalho de profissionalização, mas desenvolve também o trabalho de estimulação precoce. Já a Associação Filantrópica Nosso Lar atende em habilitação e reabilitação os casos com patologias graves ligados a comprometimentos neurológicos. Porém, graças aos avanços tecnológicos e maiores investimentos nas políticas públicas, esses casos estão cada vez mais escassos. A entidade teve que rever sua atuação e atender demandas voltadas para dificuldades de aprendizagem, de comportamento e hiperatividade.

A Associação de Pais e Amigos do Excepcional, escola de Educação especial *Rotary*, atende desde crianças, adolescentes e adultos com deficiência, tanto nas questões pedagógicas quanto clínicas.

Das três instituições não governamentais, é a única que é reconhecida pelo MEC (Ministério da Educação e da Cultura) como escola, mantém a Escola de Educação Especial Rotary.

A instituição tem como objetivo a preservação dos direitos da pessoa com deficiência, orientar seus usuários, trabalhar com as questões da prevenção das deficiências, a realização de serviços especializado, dar apoio e orientação à família, trabalhando para a inclusão da pessoa com deficiência.

Os alunos participam de diversos programas: fanfarra, coral, balé, capoeira, natação, hidroterapia, expressão corporal, educação física, jardinagem, horticultura, iniciação a culinária, pintura em tecido, cerâmica, artesanato em madeira e tecido.

Os alunos da APAE, além das atividades diárias, participam de eventos sociais, festivais de dança regional e estadual, campeonatos e olimpíadas especiais.

A APAE conta com uma equipe de neurologista, dentista, assistente social, orientadora pedagógica, psicóloga, fonoaudióloga, fisioterapia, terapeuta ocupacional, professoras especiais, equipe administrativa, equipe de apoio, clube de voluntários e estagiários.

A Associação Beneficente de Assis, Projeto SIM ao Deficiente, o primeiro trabalho iniciado pelo projeto foi o A.B.C.D. que significa “Apoio Básico à Criança Deficiente”, esse trabalho especificamente é um programa de estimulação precoce e apoio psicopedagógico.

O projeto SIM atende as diversas deficiências: física, mental, auditiva nas diversas fases da vida: criança, adolescente e adulto.

Em 1993, as instalações do prédio onde estava funcionando o Projeto SIM desde 1992, sofreram as primeiras adaptações e a construção de oficinas.

Em 1994, as adaptações foram nas salas, com a instalação de rampas, corrimões, pisos adequados, paralelas.

Em 1995, a criação das oficinas de Marcenaria. Pintura e Tear, referente ao “Programa de Educação para a Vida”, na época da criação destas oficinas, o objetivo era trabalhar paralelamente as pessoas com deficiência que tinham um potencial para a preparação para o trabalho e alguns de seus familiares que poderiam ajudar na confecção de materiais que poderiam ser vendidos para a comunidade e, desta forma ajudar na manutenção do projeto.

Em 1996, o Projeto SIM ao Deficiente ampliou todos os seus atendimentos, passou a oferecer atendimentos terapêuticos de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, odontologia, terapia ocupacional, serviço social e pedagogia. Essa ampliação ocorreu devido aos financiamentos ampliados e a nova legislação que impunha uma equipe mínima de atendimento para uma instituição de assistência para a pessoa com deficiência.

Em 1998, a instituição Associação Beneficente de Assis foi classificada como uma das 50 melhores entidades do país.

Em 1999, a entidade Associação Beneficente de Assis completa 50 anos de fundação.

Hoje, a instituição conta com os setores de: Serviço Social, Pedagogia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia, Informática, Brinquedoteca, Oficina Cultural.

Quando o Projeto SIM foi criado era para ser um complemento do CARD (Centro de Atendimento e Reabilitação do Desenvolvimento e do Potencial Humano) com atividades focadas em programas educacionais e ocupacionais para adolescentes e adultos com deficiência. Mas, na atualidade, todos os projetos realizam trabalhos semelhantes.

O projeto CARD foi idealizado por Valter Ferreira, um engenheiro civil que prestou atendimento voluntário no Nosso Lar de São Paulo onde teve seu primeiro contato com o método da Reorganização Neurológica, empregado no Nosso Lar em São Paulo sob a supervisão da fonoaudióloga Nancy Padovan.

No início dos atendimentos, era empregado o método da Reorganização Neurológica, mas como esse método não tem alicerce científico, a instituição era alvo de muitas críticas. As críticas eram também relacionadas à falta de qualificação profissional das pessoas que executavam o método.

Em 2000, a entidade passou por grandes transformações organizacional, de gestão, de método, consequência da legislação. Atualmente, o projeto S.E.R. desenvolve atividades nas diversas áreas: serviço social, psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, pedagogia, estimulação, inclusão digital, socialização I.II.III. e Oficina de Artes I e II.

Pelo que foi visto até agora, o início da construção das instituições de assistência ao deficiente, vimos que as concepções metodológicas não estavam tão distanciadas das nossas atuais. É evidente que existem muitas semelhanças, mas também muitas diferenças e são elas que nos fazem compreender as formas de atuação da atualidade. São as diferenças que devem ocupar o foco de nossa visão.

Devemos ter em mente que a deficiência não é estática, ela muda de tempos em tempos e desta forma as instituições devem se adaptarem às demandas advindas do mundo contemporâneo.

Caracterização da população atendida

As características peculiares desta população são: na sua maioria as famílias das pessoas com deficiência se encontram em situação de vulnerabilidade social causada pela renda baixa ou insuficiente para prover as necessidades básicas. Muitas destas famílias são usuárias das políticas de benefícios sociais, especificamente o BCP (Benefício da Prestação Continuada), que refere-se ao direito da pessoa com deficiência

em receber mensalmente um salário mínimo. Mas, para a família ter esse direito, ela deve estar de acordo com alguns critérios estabelecidos pela Previdência Social.

Uma observação muito importante é que as pessoas com deficiência, em situação de vulnerabilidade social, na maioria das vezes, são as que usufruem dos atendimentos oferecidos pelas organizações não governamentais.

Outro aspecto fundamental é que na atualidade a maior parcela das instituições de atendimento às pessoas com deficiência são organizadas não governamental, de caráter privado, sem fins lucrativos, geralmente organizadas por pais, amigos, profissionais e outras pessoas envolvidas com a causa. Em função disso, essas organizações desempenham papel importante e influenciam a opinião pública e as políticas públicas relacionadas a este segmento.

Por outro lado essas organizações proporcionaram uma maior visibilidade das pessoas com deficiência, uma maior expansão das políticas públicas específicas.

Sobre a Articulação com os demais serviços públicos do município

O município já avançou na construção das políticas públicas referentes à pessoa com deficiência, mas continua vencendo muitos entraves, causados por conquistas lentas e pontuais, se comparada com as reais necessidades, principalmente quando nos referimos a pessoas com deficiência. Para isto, é preciso o envolvimento dos conselhos municipais, das entidades sociais, dos programas e projetos municipais, gestores, técnicos das várias áreas profissionais, universidades, órgãos públicos e de cidadãos na discussão e construção democrática das políticas públicas

O objetivo das instituições, na atualidade, é prestar atendimento integral e articulado com a rede, envolvendo suas famílias no processo de reabilitação, buscando inseri-los na comunidade, visando a inclusão social. Elaborar novos programas e se adaptar às novas realidades das legislações pertinentes à pessoa com deficiência, possibilitando o desenvolvimento pessoal, social, educacional, profissional, bem como sua inserção no mercado de trabalho. Paralelamente, as instituições objetivam um trabalho preventivo das deficiências.

Referências

- ACIOLI, A. A explosão das ONGS no mundo e no Brasil e seus reflexos no espaço rural fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA- ENGRUP, 4., 2008, São Paulo. Anais ... São Paulo: FFLCH, USP, 2008. p. 8-25.
- ALMEIDA, L. S. Teorias da inteligência. Porto: Edições Jornal de Psicologia, 1988.
- AMARAL, L. A. Conhecendo a deficiência: em companhia de Hércules. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

- BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira, integração /segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, PUCSP, 1993
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 18.069/1990. 5. ed. Brasília, DF, 2009.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1988.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Plano Decenal - SUAS Plano 10. Brasília, DF, jul. 2007
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004,
- Norma Operacional Básica- NOB/SUAS. Brasília, DF, mar. 2010.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1999/3298.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2009.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004: Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Brasília, DF, 2005.
- _____. Lei Federal 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. 5. ed. Brasília, DF: CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 1990.
- BUENO, J. G. S. A produção social da identidade do anormal. In: MARCOS, C. F. (Org.). História social da infância no Brasil. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 163-186.
- COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA (CORDE). Legislação Federal Relacionada à Pessoa com Deficiência. Órgão de Assessoria da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2006.
- DECLARAÇÃO mundial sobre a educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem: Jomtien, 1990. [S.l.]: UNESCO, 1998.
- DELIBERAÇÕES da VI Conferência Nacional de Assistência Social. Metas nacionais aprovadas para serem incorporadas ao Plano Decenal de Assistência Social. Brasília, DF, 2007.
- ESTATUTO Social da Associação Filantrópica Nosso Lar. Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Assis. Assis, 2007. Micro filmado sob nº 4157, fls 04/14.

- ESTATUTO Social da Escola de Educação Especial Rotary. Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Assis. Assis, 1982.
- FUNK, M.; DREW, N.; SARACENO, B. (Dir.) Livro de Recursos da OMS sobre Saúde Mental, Direitos Humanos e Legislação: cuidar sim, excluir não. Tradução de Willians Valentini. Genebra: OMS, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2000: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Brasília, DF, 2000.
- MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- NERI, M. Retratos de deficiência no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, IBRE, 2003.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Comissão Conjunta em Aspectos Internacionais da Deficiência Mental. Deficiência mental: prevenção, melhora e prestação de serviços. São Paulo, 1981.
- PAIM, J. S. Desenvolvimento teórico-conceitual do ensino em saúde coletiva. In: ABRASCO. Ensino da saúde pública, medicina preventiva e social no Brasil. Rio de Janeiro: ABRASCO: NUTES: CLATES, 1982.
- PESSOTTI, I. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- SOARES, L. T. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SOCIEDADE BENEFICENTE DE ASSIS. Jubileu de Ouro, Edição Comemorativa, 50 anos, Vencendo Barreiras, 1949 à 1999. Assis, 1999.
- TIPIFICAÇÃO Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 nov. 2009.
- WAISELFIS, J. J. Mapa da violência III: juventude, violência e cidadania. Brasília, DF: UNESCO: Instituto Airton Senna: Ministério da Justiça, SEDH, 2002.